

O comentário como exercício de divulgação linguística

Ana Sousa Martins

Abstract:

This paper presents a specific case of commentary, about language errors pervasive to Portuguese press, featuring, by and large, discursive, grammatical and textual traits. It is suggested that this kind of article shares with the traditional political commentary the same argumentative dimension although still maintaining a strong expository element, as any other science popularizing article. A short text analysis is presented.

1. O comentário jornalístico

Visamos neste trabalho o comentário jornalístico tal como ele é interpretado tradicionalmente, a saber, um texto relativamente breve, publicado em papel ou no *Website* de um jornal, destinado à explanação de um evento significativo da atualidade noticiosa, como sustentação para uma tomada de posição ou avaliação sobre esse evento. É saliente uma forte implicação do autor (locutor), que convoca todas as estratégias discursivas para garantir que o assentimento do leitor (alocutário) face ao que ele diz não poderá deixar de ser dado. O locutor é um especialista, reconhecido como tal, que faz prova, normalmente recorrendo a exemplos, do carácter absurdo, danoso ou injusto de uma situação e apela à sua suspensão, formulando muitas vezes uma previsão de desenvolvimento negativa ou catastrófica. O evento comentado é atual e tem impacto na comunidade. O comentário jornalístico cumpre assim um papel importante na formação e alteração da opinião pública e influencia o debate social e, em última análise, as decisões políticas.

1.1. Caracterização discursiva

Acresce que o evento comentado é frequentemente uma ação discursiva, dado que «Il est souvent juxtaposé à un article d'information, avec lequel il forme une hyperstructure» (Durrer, 2001: 171). Neste sentido, o comentário tem

como dimensão dominante a argumentação: «newspapers editorials and, I add, opinion articles, are contemplated as genuine examples of written argumentation (...)» (Connor, 1996: 143; op. cit in Belmonte, 2007:2). Se enforma uma argumentação, quer dizer que o comentário corresponde globalmente a um contradiscurso (proposição não-*p*) justaposto a um discurso prévio (proposição *p*), seguindo a estrutura discursiva padrão de resolução de um problema. Esse problema é a possível adesão do leitor à proposição *p*. É posta então em cena uma elaboração justificativa, assente em *topoi* (Anscombe, 1995), que vai garantir a transição para a solução, ou seja, a adesão incondicional à proposição não-*p*.

1.2. Traços locais

Os traços gramaticais adstritos ao comentário são concordantes com a caracterização acima. Desde logo, a presença dos marcadores de discurso reportado, os evidenciais, os marcadores atitudinais e relacionais. Um facto só aparentemente dissonante, consiste em que, apesar de se tratar de um discurso com forte implicação pessoal, as marcas de primeira pessoa são, não raro, elididas, sendo acionado o «appareil formel de l'effacement énonciative» (Philippe, 2002). Esta elisão das marcas pessoais assiste o trabalho de construção da imagem de um locutor cuja voz se funde com a voz da *doxa* e da razão.

1.3. Comentário enquanto género

A caracterização genológica do comentário tem recebido pouca atenção - e ainda menos que o editorial¹ - muito provavelmente devido à forte heterogeneidade de fatores a considerar, se atendermos à variedade de estilos, temáticas e propósitos comunicativos.

Para o efeito da análise que aqui levamos a cabo, assentiremos na presença da macroestrutura de explicação e da macroestrutura de avaliação como condição mínima para o reconhecimento de um exemplar de comentário.

2. Comentário de divulgação linguística

No âmbito da consideração dos vários fatores de heterogeneidade do género comentário está o facto de o objeto comentado poder não ser apenas o *dito* mas o *dizer*, ou seja, as opções linguísticas acionadas na produção discursiva. O número de exemplares de rubricas desta índole é residual no universo dos *media* portugueses. Damos como exemplo o espaço Wilton Fonseca, no *Jornal I*, que assume uma perspetiva prescritiva ou o de Miguel Esteves Cardoso, no *Público*, ainda que este não seja um espaço exclusivo dedicado à reflexão sobre usos linguísticos.

2.1. Rubrica *Ver como Dizer*

Ocupa-nos a descrição geral da rubrica *Ver como Dizer* que mantivemos no semanário SOL durante três anos, dedicada à divulgação linguística, que tinha como ponto de chegada a análise crítica de peças noticiosas na imprensa portu-

¹ Assumimos aqui que o comentário é um género delimitado e não um termo superordenado, ao contrário de Biber (1988) para quem *editorial* e *artigo de opinião* são exemplares de *comentário*; ou de Martin-Lagarrette (1994), op. cit in Durrer (2001: 170), que considera *géneros de comentário*, onde integra o *artigo de comentário*, a *crítica*, o *editorial* e a *crónica*.

guesa. Ao contrário do comentário jornalístico de teor político-social, o comentário sobre usos linguísticos apresenta explicitamente o propósito de fazer chegar ao público não especializado conceitos e estratégias de reflexão sobre as línguas, comungando do género de texto de divulgação científica. É preponderante o peso da elaboração explicativa, da demonstração relativamente pormenorizada dos mecanismos conducentes a práticas discursivas eficazes, do ponto de vista gramatical, semântico ou pragmático, mas mantém-se o movimento argumentativo que visa, em contraposição, a rejeição de estratégias discursivas ineptas, dominadas por complexidade obscura, vagueza, contradição e baixa informatividade. O objetivo último da rubrica é pois, mediante a demonstração/ilustração de uma análise linguística de segmentos de imprensa, criar no leitor hábitos de reflexão crítica sobre o que lê e ouve, dando-lhe os instrumentos elementares para o fazer. Ao contrário do comumente verificado no comentário político, suspende-se o julgamento sobre as causas da situação que é objeto de reprovação.

Os perfis dos agentes de interlocução não são absolutamente coincidentes com os dos agentes do comentário político. O locutor é também um especialista, mas com uma posição institucional débil, na medida em que ele é um outsider ao mundo jornalístico e é quase invariavelmente visto pela comunidade em geral apenas como um guardião da norma culta. O alocutário é, por sua vez, um depositário das representações criadas pelo discurso da imprensa portuguesa, a que atribui credibilidade e autoridade, e alheio à imprensa disponível noutras línguas.

2.2. Exemplos dos temas visados

Os tópicos tratados versam sobre opções semânticas e sintáticas, geradoras

de disfunções comunicativas de ordem pragmática e de organização estrutural do texto-alvo.

Apresenta-se abaixo um apontamento ilustrativo:

- a) o uso endémico do modal *dever* no futuro («deverão ser»/«deverão estar») que não deixa descartar um dos valores modais do verbo - possibilidade ou necessidade – e gera ambiguidade.
- b) a evidencialidade indireta inferencial construída pelo verbo psicológico *pensar* no futuro composto, como em «Chirac terá pensado em substituir Villepin» que permite apenas numa leitura de especulação.
- c) a baixa informatividade gerada pelo uso abusivo da dupla negação: «os acordos celebrados entre os municípios e o Ministério da Saúde não significam que os serviços de urgência não fechem.»
- d) casos recorrentes de ambiguidade estrutural, como em «Caixa cobra juros a clientes por atrasos da sua responsabilidade»;
- e) coesão pronominal deficitária: «Um estudo [...] sugere que demonstrar interesse por uma pessoa pode torná-la mais atraente aos olhos desta.»
- f) uso indevido de termos de especialidade, por exemplo, o termo «engenharia financeira», da área da Matemática Aplicada e Teoria Financeira, que quando conjugado no plural («engenharias financeiras» passa a ser equivalente a «manigância política».

2.3. Caracterização estrutural

Do corpo de textos da rubrica *Ver como Dizer* é relativamente fácil apurar uma organização estrutural regular e clara.

As macrossequências explicativas compõem-se de:

- (i) assunção explícita de dados do conhecimento do comum/tábua de valores, comumente enformados em perguntas

retóricas ou subordinantes com função de generalização:

É comum.../Toda a gente sabe.../Muitos consideram.../ É sabido.../ Ninguém...

(ii) explicação do fenómeno linguístico em causa

(iii) introdução do discurso-alvo e circunstancialização:

Porém.../E no entanto.../Agora.../ Veja-se.../Olhemos.../Consideremos...

As macrossequências avaliativas consistem em:

(iv) explicitação do argumento, com base nos dados apurados da análise do fragmento-alvo, realizada em (ii) e (iii)

(v) conclusão correspondente à denúncia da disfunção comunicativa do fragmento ou de todo o texto-alvo, como sejam a vagueza, a complexidade obscura, a contradição, a inconsistência, a evidencialidade indireta com lacunas inferenciais, a baixa informatividade ou a falta de pertinência.

2.4. Análise

As opções locais, discursivas e modos de organização estrutural sumariamente descritos acima são agora exemplificadas na análise do texto *De que falamos quando falamos de rigor linguístico* (cf. Anexo).

A macroestrutura (doravante ME) I introduz um evento da atualidade noticiosa que servirá de mote ao desenvolvimento argumentativo que ruma à conclusão, a saber, *a separação conteúdo-forma, comumente invocada, é falsa*.

A ME II inicia-se com a asserção da conclusão. A posição da conclusão nas sequências iniciais do texto induz, corretamente, na assunção de que todas as restantes sequências vão ser empregues na justificação. A sequência (doravante S) 4 introduz o segmento-alvo (título de notícia), atribuindo-lhe o valor de exemplo, o que faz pressupor que a situação em avaliação negativa está gene-

realizada ou é endémica na imprensa portuguesa.

A ME III é dedicada à explicitação do conceito de *implicatura pragmática* e à demonstração de como a negação num enunciado com verbo psicológico conjugado no imperfeito não narrativo aciona a implicatura *Llosa disse algo que alguém entendeu ser um insulto*.

Em ME IV desenha-se a ação corretiva, através da confrontação com o título tal como ele devia ter sido escrito, com recurso a discurso direto, fundamentada na descrição das circunstâncias do evento da notícia.

ME V faz a súmula das consequências do erro enunciativo-gramatical e reasse-re a conclusão *a separação conteúdo-forma é falsa*. A notícia pretende informar sobre a ameaça sofrida por Llosa antes mesmo de este fazer qualquer declaração e, assim, expor uma situação que constitui uma violação da liberdade de expressão. O título, porém, pelas opções linguísticas tomadas, é totalmente opaco relativamente a esta mensagem.

3. Conclusão

Para o reconhecimento do comentário como exemplar de género jornalístico clássico o texto tem de cumprir com um critério essencial: ele tem de se constituir como uma argumentação. Daqui decorre o facto de o comentário não poder dispensar a tomada de posição do locutor, de frequentemente ser um texto polifónico e que se realiza nas estruturas textuais de explicação e avaliação.

Mostrámos como um exercício particular de comentário, sem desrespeitar estes critérios, pode ao mesmo tempo exercer a função de texto de divulgação de uma área científica, sendo que a componente expositiva/explicativa (própria do texto de divulgação) surge encapsulada na construção do argumento.

ANEXO

De que falamos quando falamos de rigor linguístico

Ana Sousa Martins, *Semanário Sol*, 6 de junho de 2009

[ME I (S1)] Recentemente, uma acesa edição do Jornal Nacional de sexta-feira, da TVI, motivou um relatório da Unidade de Análise da ERC, no qual aquela entidade, na leitura do crítico de televisão Eduardo Cintra Torres (Público, 30/05/09), não apontou falhas de rigor factual, tão-só falhas de rigor linguístico. (S2) O relatório vem ajudar a refazer a ideia feita, vigente na comunidade jornalística, de que uma coisa é a correcção gramatical, que se deve observar para não se mostrar ignorância, outra coisa (aquilo que verdadeiramente importa) é a exactidão no reportar dos factos.

[ME II (S3)] Esta separação, porém, não existe.

(S4) Um exemplo. Um título: "Vargas Llosa não pretendia "insultar" Hugo Chávez" (Público, 29/05/09). [ME III (S5)] O uso do imperfeito e da negação faz derivar imediatamente aquilo que em pragmática linguística se chama uma implicatura: *Llosa disse algo que alguém entendeu ser um insulto*. (S6) Confrontem-se as seguintes sequências: *Llosa não pretendia insultar, mas insultou; Llosa não pretendia insultar e não insultou*. [ME IV (S7)] Vê-se bem que a segunda sequência não tem qualquer pertinência informativa (e sem facto não há notícia) e que, portanto, nunca seria esse o caminho interpretativo que o leitor ia seguir.

(S8) Então, o que devia/podia estar escrito era "Vargas Llosa: "Não pretendo insultar Hugo Chávez"". (S9) A declaração foi feita durante a hora e meia em que Llosa esteve retido no aeroporto de

Caracas, para as autoridades o deixarem bem avisado de que não podia fazer declarações políticas, sob pena de ser expulso do país. (S10) O escritor ia participar num fórum sobre liberdade e democracia. [ME V (S11)] Se se tivesse recorrido ao discurso directo (e, portanto, ao presente do indicativo), o título encaminharia rigorosamente para o cerne da notícia: o país de Chávez é, para Llosa, um sítio onde estar calado é já falar errado.

Referências

Adam, J. M., & Lugrin, G. (2006) Effacement énonciatif et diffraction co-textuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours* 22: pp.127-44.

Anscombre, J.-C. (1995) La nature des *topoi*. In J.-C. Anscombre (ed.) *Théorie des Topoi*, Paris, Ed. Kimé, pp. 49-84.

Belmonte, I.A. (2007) Newspaper editorial and comment articles: A Cinderella genre?. *Rael: Revista Electronica de Linguística Aplicada* 1, pp.1-9.

Doury, Marianne (2016) *Argumentation. Analyser textes et discours*. Paris: Armand Colin.

DURRER, S. (2001) De quelques affinités génériques du billet. *Semen* 13, pp. 163-185.

Philippe, G. (2002) L'appareil formel de l'effacement énonciatif et la pragmatique des textes sans locuteur. In Ruth Amossy (ed.) *Pragmatique et analyse des textes*. Tel-Aviv: University of Tel-Aviv, pp. 17-34.